

---

# A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social

## Breve caracterização

---

**Sónia Ferreira**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL), Lisboa, Portugal; URMIS, ParisVII

---

OEm Working Papers

02

junho de 2016

---

Neste texto faz-se uma breve caracterização dos meios de comunicação social produzidos pelos emigrantes portugueses e seus descendentes. Não se procede, contudo, a uma análise descritiva e cronológica ordenada, utilizando-se antes, para olhar esta realidade de forma problematizante, questões que, para o efeito, se identificam como estruturais. A discussão realizada com base nessas questões é ilustrada com exemplos de diversos contextos empíricos, nomeadamente de França, Canadá e Brasil.

---

**Title** Portuguese migration and its media: a brief introduction.

**Abstract** In this paper I intend to make a brief characterization of the media produced by Portuguese emigrants and their descendants, in their contexts of residence, using to illustrate the discussion France, Canada and Brazil as empirical contexts. I will not produce a full descriptive and chronological analysis, but use, to analyse this reality, questions that were identified as structural to this debate.

**Palavras-chave** Média, emigração portuguesa, França, Canadá, Brasil.

**Keywords** Media, Portuguese emigration, France, Canada, Brazil.

Receção: 30 de Outubro de 2015.

Aprovação: 15 de Abril de 2016.

Nas publicações do OEm usa-se a formatação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

**Observatório da Emigração**

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: [observatorioemigracao@iscte.pt](mailto:observatorioemigracao@iscte.pt)

[www.observatoriodaemigracao.pt](http://www.observatoriodaemigracao.pt)

## Índice

Introdução.....	4
1 Caracterização das diferentes comunidades mediáticas em análise e das políticas que as formam e constangem .....	8
2 O que é um média português em França, no Canadá e no Brasil? .....	14
3 A língua como ferramenta de trabalho e recurso identitário e a cultura expressiva como performance da Nação .....	20
Conclusão: os média como facto social total .....	24
Referências bibliográficas .....	25

## Introdução

Os conteúdos produzidos e distribuídos através dos média permitem dar sentido à nossa experiência do mundo social – a informação, as imagens e as ideias difundidas podem ser uma das principais fontes de consciência de um passado comum – memória coletiva e social – e da sua localização atual – mapeiam onde estamos e o que somos, são fonte de padrões, modelos e normas construindo uma parte do nosso ambiente simbólico e portanto da nossa percepção comum da realidade. Os média desempenham igualmente um papel de mediação com o social e além de contribuírem para a percepção do Nós também o fazem para a percepção do Outro, num trânsito circular representacional que tanto produz como reflete o que somos e o que construímos, tornando a reflexão sobre si indissociável do espírito do tempo, permitindo observar as opiniões dominantes, as representações coletivas e as políticas de identidade vigentes.

Neste texto pretende-se abordar estas questões tomando por objeto de estudo os média produzidos pelos emigrantes portugueses e os seus descendentes nos contextos de residência, utilizando-se como contexto empírico para ilustrar a discussão a França, o Canadá e o Brasil, mais precisamente, os média produzidos por portugueses em Paris, Toronto e no Rio de Janeiro.

Em termos disciplinares, o interesse da antropologia pelos média é tardio (Spitulnik, 1993) relativamente ao seu estudo por áreas afins como a sociologia, os estudos da comunicação ou os estudos culturais, mas, quando finalmente se debruça sobre este objeto, a partir dos anos 90, com apenas breves incursões anteriores, os média designados por “étnicos” vão ser alvo de atenção particular.

No nosso contexto, se o interesse da antropologia portuguesa pelos média é ainda mais tardio do que o das suas congéneres (Ferreira, 2008) e o estudo dos média étnicos foi ganhando algum lugar (Ferreira e Travancas, 2014), particularmente os produzidos por imigrantes em território português, o estudo dos média produzidos por portugueses em contexto migratório é, ainda hoje, uma área vastamente inexplorada. No que diz respeito à questão geral da representação dos migrantes nos média dos países de acolhimento, esta constitui uma abordagem clássica e de visibilidade crescente, não só porque permite detectar e analisar representações, nomeadamente estereotipadas, sobre essas populações, como perceber de que forma os média, nomeadamente os generalistas, de grande tiragem ou visionamento e hegemonicamente instalados, são formadores e difusores de imagens sobre a alteridade.

A questão da autorrepresentação mediática, como é que os emigrantes se representam a si próprios nos meios de comunicação social que produzem e como representam consequentemente as sociedade onde estão, é uma área muito negligenciada em Portugal nos que cruzam média e migrações. Nesta discussão, olhando para meios de comunicação social comumente designados por “pequenos”, “minoritários” ou “periféricos”, destacaremos o contributo de Ginsburg *et al* (2002) e de Riggins (1992). O primeiro por referir na sua caracterização dois tipos de média que consideramos importantes para a análise que aqui se propõe, o segundo por introduzir a questão da etnicidade.

Ginsburg, Abu-Lughod e Larkin (Ginsburg *et al*, 2002: 7) consideram podermos encontrar dentro dos média três grupos. Dentro destes destacaremos os que os autores consideram como processos de pendor mais reflexivo que constituem ou expressam uma variedade de mundos sociais e cosmológicos subalternos e que atribuem a um processo típico das comunidades minoritárias ou em diáspora que se reformulam ou são reformuladas sob diferentes regimes de poder em diversos contextos culturais. E, igualmente, um outro conjunto que definem como associados a práticas mais auto-conscientes, muitas vezes ligadas a movimentos sociais, em que os materiais culturais são utilizados de forma estratégica como parte de um projeto político mais amplo que visa conferir poder a grupos periféricos ou subalternos ao sistema. Se no primeiro caso poderemos incluir a maior parte dos média produzidos pelos migrantes portugueses ao longo da história, no segundo poderemos apontar casos específicos como o de alguma imprensa militante, fortemente ideológica, ligada a grupos e coletivos políticos portugueses, produzida em França entre finais dos anos 60 até meio dos anos 70.

Tal como adverte Postill (2008: 86) “*the study of ethnicity in the post-colonial world cannot be divorced from the study of media, public culture and nation building*” e nesse sentido a definição de “*ethnic minority media*” de Riggins (1992: 1-20) é relevante, pois este utiliza o conceito de etnicidade como forma de delimitar alguns média. Ou seja, apesar de chamar a atenção para o facto de que na realidade todos os média poderão ser classificados como étnicos, já que são produzidos no seio de uma determinada cultura, procura na sua obra delimitar os que designa por “*ethnic minority media*”, ou seja, aqueles que são produzidos no âmbito de grupos étnicos minoritários. Destes propõe em termos classificatórios quatro grupos, dos quais destacaremos o terceiro, ou seja, o que o autor designa por média produzidos por minorias voluntárias, designadamente imigrantes, cujos valores são considerados modernos e que se deslocaram por motivos de ordem económica ou política, não encontrando nos contextos de residência risco de etnocídio mas frequentemente pouca legitimidade para afirmar o que consideram os seus valores culturais. Utilizaremos estas propostas de base para delimitar o objeto aqui em análise, apesar de conscientes de outras (Naficy, 1993; Dayan, 1999; Amor-Mathieu, 2000; King & Wood, 2001) que procuram no

cruzamento entre média e migrações oferecer contributos classificatórios e de caracterização importantes.

Nos estudos sobre a emigração portuguesa o lugar dos média tem sido, como referido anteriormente, bastante negligenciado, pois mesmo quando estes são analisados, surgem maioritariamente de forma parcelar e não como objeto de estudo autónomo. Neste texto não se procederá igualmente a uma análise exaustiva do conteúdos dos média produzidos pela emigração portuguesa mas procurar-se-á olhá-los como um objeto em si, numa tentativa de contextualização do surgimento e manutenção de algumas destas produções. Não se procederá assim a uma análise descritiva e cronológica ordenada, utilizar-se-ão antes, para olhar esta realidade de forma problematizante, questões que se identificaram como estruturais para este debate, pontuando-as com exemplos empíricos pertinentes. Acima de tudo porque se defende que estes média devem ser olhados como um objeto em si, autónomo, que coloca problemas particulares e apresenta desafios metodológicos próprios, enquanto média endógenos, auto-representacionais e auto-referenciais, numa tensão permanente entre identidade e representação (Bourdieu, 1980). Não se propondo contudo que sejam analisados de forma isolada, apartados dos contextos em que surgem e em que se desenvolvem, mas apenas que não sejam secundarizados enquanto objeto antropológico que se vê frequentemente obnubilado ou amputado pelo posicionamento espartilhado entre diferentes áreas disciplinares.

Com estes pressupostos de base, as questões a discutir serão: 1) caracterização das diferentes comunidades mediáticas em análise e das políticas que as formam e constroem; 2) o que é um média português em França, no Canadá e no Brasil?; 3) a língua como ferramenta de trabalho e recurso identitário e a cultura expressiva como performance da Nação.

Um último apontamento será ainda necessário para explicitar a importância que se atribui à densidade histórica dos fenómenos sociais, em termos antropológicos gerais, e aqui em particular. Considera-se assim que estes média devem ser igualmente olhados como processo e não como um recorte do presente etnográfico. Como refere Postill (2012), a mudança do presente etnográfico contínuo para o passado não implica o abandono da etnografia a favor da história social, exigindo apenas o que designa como novas formas de etnografia diacrónica, o que noutros textos designámos, através de Almeida (2007, 2009) por “etnografia retrospectiva” (Ferreira, 2010). Não nos encontramos como Postill a estudar mudanças sociais específicas mas consideramos que uma etnografia realizada no presente não anula a necessidade de entender estes média na “longa duração”, ou seja, na sua relação com a história da emigração portuguesa, com a história dos países onde surgem, com a sua biografia enquanto meio de produção e difusão de conteúdos, numa “*multi-timed ethnography*” (Postill, 2012). E se insistimos na importância da biografia de cada um, como instituição social própria e única, não nos esquecemos que todos aderem à categoria de média

português, ou média dos portugueses, ou média da diáspora portuguesa, produzindo uma etiqueta identitária que os une em torno de uma categoria que deve ela própria ser questionada enquanto tal. Não será possível neste texto abarcar todas as dimensões de análise necessárias a uma visão ampla e complexa desta questão, outros textos já procuraram identificar e descrever parte desta realidade e outros no futuro continuarão a fazê-lo, por isso se organizará a discussão a partir das três questões atrás referidas, de três enunciados que procurarão problematizar as questões de fundo mesmo não as podendo explorar em todas as suas complexidades, assinalando acima de tudo uma agenda de trabalho, um *work in progress*, para os próximos anos.

## 1 Caracterização das diferentes comunidades mediáticas em análise e das políticas que as formam e constroem

Consumir o que se designa por “mídia comunitários portugueses” constitui frequentemente um dos elementos da praxis de “estar ligado”, “frequentar” ou “envolver-se” com a “comunidade”. Mas de que falamos quando falamos de “comunidade”? Como referem Caetano da Silva e Dos Santos: “O problema relaciona-se com a dificuldade em definir, de forma empírica, o que constitui uma “comunidade portuguesa”. Seja localmente ou numa escala global, uma comunidade portuguesa ou um conjunto delas não corresponde a uma realidade unívoca” (2009: 131).

Em França, no Canadá ou no Brasil a relação com as populações migrantes é diferente e tem sido diferente ao longo da história. Apesar de constituírem destinos clássicos da emigração portuguesa (Almeida e Barreto, 1970; Arroteia, 1983; Baganha *et al*, 1993; Baganha, 2001, 2003; Rocha-Trindade, 1973, 1976, 1999, 2003), não obstante as diferenças regionais e cronológicas dos fluxos populacionais que receberam, apresentam entre si diferentes configurações sociais, económicas, geográficas e ideológicas, principalmente na definição e entendimento das políticas de acolhimento e integração das populações migrantes. No entanto, é também possível observar que não obstante estas diferentes políticas migratórias encontramos nos três contextos similitudes discursivas (Brettell, 1981; Cordeiro, 1985; Cordeiro e Hily, 1999; Portugal Branco, 2009; Feldman-Bianco, 1993, 2001; Caetano da Silva, 2003; Noivo, 1999; Teixeira e Rosa, 2009) no que diz respeito às construções representacionais sobre as populações portuguesas imigradas no seu território, nomeadamente a sua invisibilidade e “grau de integração”.

Assim, se a emigração portuguesa para estes destinos representa um fluxo migratório muito relevante no que à história da emigração portuguesa diz respeito, nomeadamente nos fluxos populacionais intraeuropeus e transcontinentais (América do Sul e América do Norte), as populações que se dirigiram para estes destinos têm características particulares, tanto pelas suas dimensões como pelas suas características sociodemográficas, ocupando frequentemente também um lugar particular no imaginário nacional português.<sup>1</sup> No que diz respeito à produção mediática neste âmbito esta tem de ser analisada a partir das suas características

---

<sup>1</sup> As populações que migraram para o Brasil e para França, em tempos cronológicos diferentes, ocuparam, e ainda ocupam no último caso, um lugar particular no imaginário português sobre a emigração, visível na atribuição de designações pejorativas como “o brasileiro” ou “os avecs”, extensível também às habitações que os emigrantes constroem nas terras de origem.



endógenas mas igualmente das condições económicas, políticas e ideológicas reinantes nas respectivas sociedades de acolhimento ao longo do século XX.<sup>2</sup>

As políticas francesas no que diz respeito à imigração, por exemplo, partem do modelo laico e republicano de inspiração jacobina que concebe a integração como um processo individual, o do universalismo republicano, e que conduz ao não reconhecimento institucional das especificidades dos grupos. A França enquanto “nação” ignora, até aos anos 80, o facto de ser um país de imigração (Schnapper 1989) acentuando a persistência do mito da unidade nacional pós Revolução Francesa (Noiriel, 1988), o que conduz Nancy Green (1991) a considerar que uma das grandes diferenças entre a França e os EUA é precisamente a da conceptualização da sua identidade nacional em função daquilo que a imigração traria para esta, apontando diferenças substanciais entre o “*creuset*” francês e o “*melting pot*” americano. A posição e o estatuto dos migrantes portugueses em cada um destes territórios vai assumindo também diacronicamente posicionamentos diferentes, do “imigrante” ao “cidadão europeu” em França,<sup>3</sup> do “colono” ao “imigrante” no Brasil. E, se no discurso oficial português, o termo “comunidade” ou “comunidades” é entendido como território simbólico de uma nação portuguesa desterritorializada,<sup>4</sup> em França a reprodução desse discurso é, ainda hoje, fortemente criticada. Os discursos políticos reprovam abertamente o que designam por comunitarismo ou práticas comunitárias. Contrariamente ao Canadá, onde o modelo do “multiculturalismo” institucionalizado no Canadian Multiculturalism Act de 1988 com antecedentes políticos e ideológicos anteriores, nomeadamente desde o governo de Pierre Trudeau, fomentam políticas que colocam a etnicidade no centro do debate, visível também no domínio dos média quando em 1991, a emenda ao Broadcasting Act de 1968 – que tinha criado a CRTC (Canadian Radio-television and Telecommunications Commission), em 1976 – reforça a necessidade dos média espelharem a diversidade étnica do país, ideia reforçada mais tarde, em 1999, na revisão da Ethnic Broadcasting Policy da CRTC.<sup>5</sup> Assim, as políticas

---

<sup>2</sup> No caso do Brasil será necessário recuar ao período pós-independência (1822). Telo da Côte refere que “a imigração portuguesa para o Brasil pode ser pensada em duas fases distintas: do século XIX até 1930, quando foi vista como uma ameaça à nacionalidade brasileira; de 1930 a 1945, durante a Era Vargas, em que assumiu o papel de reforço da nacionalidade ante a ameaça fascista” (2013: 39).

<sup>3</sup> Sobre esta questão ver Espírito-Santo (2013): “*la population portugaise en France est à ce niveau une population d’étude originale, parce qu’au statut de non national, donc une catégorie exclusive, s’est ajouté en 1992 le statut de citoyen européen, une catégorie inclusive*” (p. 27).

<sup>4</sup> Sobre esta questão ver o artigo de Eduardo Caetano e Irène dos Santos (2009), nomeadamente o capítulo “A nação fora do território: das comunidades portuguesas à lusodescendência” (128-136). Na esfera mediática, a RTPI assume institucionalmente o papel de meio de comunicação social para a “diáspora” e para as “comunidades portuguesas”, a este respeito ver (Sousa, 2000) e (Cádima, 2010).

<sup>5</sup> Ver Karim (2001), no capítulo “Global media policy and cultural pluralism” apresenta o Canadá como estudo de caso.

migratórias dos países de residência condicionam, constroem ou potenciam a criação de meios de comunicação social por parte das populações migrantes.

O contexto brasileiro apresenta especificidades que se espelham na construção da “comunidade migrante” e subsequentemente dos média produzidos nesse âmbito. Em primeiro lugar a incontornável ideia de língua partilhada que se ao contrário de outros contextos remete para a ideia de inclusão, não se apresenta como uma situação linear já que a forma de a utilizar, nomeadamente a existência de um sotaque, vocabulário e operações gramaticais diferenciadas a transformam facilmente em fenómeno de alteridade, de diferenciação; em segundo lugar, pelo posicionamento pós-colonial que o Brasil obrigatoriamente ocupa e onde a definição de imigrante, quando se trata de um português, não é linear como noutros contextos.

No terreno,<sup>6</sup> a relação filial com Portugal é frequentemente evocada levantando uma questão que não é nova pois as ondas de lusitanismo e anti-lusitanismo sucederam-se em diferentes momentos da história do Brasil (Telo da Côrte, 2013). Momentos onde o português surge, ou como o antónimo identitário da nação brasileira em construção, ou reabilitado,<sup>7</sup> tal como os outros europeus imigrantes, para dosear os elementos exóticos e estabelecer a filiação europeia naquilo que ao logo da história entre os dois países poderíamos designar, na esteira de Telo da Côrte, pelo “reconhecimento de uma alteridade fluída e, por vezes, ressentida entre as duas nações” (2013: 52), que Feldman-Bianco (2001) designou igualmente por “*constructions of sameness and difference*” e Monteiro (2008) por “falsa harmonia”.

Assim, os média integram os problemas identitários das populações que os produzem ou para as quais são dirigidos, sendo consequentemente vistos, ouvidos e tratados como representantes desses grupos. Por isso ser consumidor de um média étnico é “estar ligado” ou “envolver-se” com a comunidade ou grupo que este representa ou pretende representar.

Consciente de que os termos não são inócuos,<sup>8</sup> e de que os enunciados classificatórios e os campos semânticos da nomenclatura se apresentam como construções, utiliza-se para

---

<sup>6</sup> Fez-se trabalho de campo no Brasil entre Outubro e Novembro de 2014. Esta investigação encontra-se ainda em curso.

<sup>7</sup> Nomeadamente em finais dos anos 30 onde “o clima favorável à presença portuguesa foi estimulado também pela afinidade ente os dois Estados-Novos” (Telo da Côrte, 2013: 46).

<sup>8</sup> Também Melo e Caetano da Silva (2009: 36) referem como: “A referência à população emigrada faz-se por intermédio de categorias tais como *emigração*, *diáspora* e *comunidades*, muitas vezes concebidas como intercambiáveis. No entanto, embora todas façam alusão ao conjunto dos portugueses residentes fora de Portugal, a primeira categoria tende a expressar somente o aspecto demográfico ou a condição legal das populações que se deslocam entre fronteiras nacionais, enquanto as outras duas se revelam categorias eminentemente identitárias, isto é, representações sobre a situação da emigração. (...) Se essas categorias são motivo de disputa e de reflexão entre parcelas dos próprios migrantes e, também, entre a classe política, elas próprias constituem dados de investigação e objeto de análise, em conexão com aquilo que representam conceptualmente nas ciências sociais”.

efeito analítico neste texto a expressão “comunidade” (“colónia” no Brasil) num sentido *emic* por ser a expressão que, mesmo com as suas divergentes conotações políticas, ideológicas e económicas e características frequentemente essencialistas,<sup>9</sup> é comumente utilizada pelos produtores mediáticos, e pelos próprios migrantes para se posicionarem a si e aos outros. Esta tomada de posição advém da consciência de que o antropólogo não pode ficar alheio, como adverte Hall (1990), às tentativas de imposição de propostas representacionais dos sujeito e grupos no espaço público, espaço esse que integra obviamente a circulação de conteúdos mediáticos. Nesse sentido, é imperativo também não esquecer que, tal como as questões identitárias esgrimem argumentos sobre poder e autenticidade, a definição de “comunidade”, que integra ou exclui membros, legitimando ou afastando pertenças, espelha e age igualmente sobre esses discursos e práticas. Como resume Bourdieu: “*la représentation que les agents se font du réel apporte à la construction du réel*” (1980: 71).

Em termos institucionais, no Canadá, a entidade reguladora para o mercado audiovisual é, como já referido a CRTC que estipula regras de carácter económico, como por exemplo as que incidem sobre o mercado e a concorrência, mas igualmente limita os conteúdos passíveis de serem transmitidos, tomando como ponto de referência uma matriz cultural canadiana. O não domínio das variadíssimas línguas difundidas pelos média obriga ao estabelecimento de processos de averiguação e triagem de conteúdos que começam no produtor, são em segunda instância e de forma mais rigorosa aplicados pela estação televisiva e, finalmente, se necessário homologados pela CRTC. Esta define também, no âmbito dos canais multiculturais, quais as percentagens obrigatoriamente dedicadas a terceiras línguas. Claro que a resistência ou a transgressão contornam frequentemente estas imposições, como por exemplo transmitir conteúdos musicais de cantores ou grupos de jovens de ascendência portuguesa, mas canadianos de nacionalidade, que podem preencher a quota de música canadiana que deve ser transmitida por semana, ou utilizar expressões da língua popular, palavras com duplo sentido, regionalismos facilmente interpretados pela audiência mas não por quem está encarregue das traduções nas instituições fiscalizadoras.

Em França, para enunciar as políticas públicas para os média que visam populações migrantes, tomar-se-á como exemplo um programa de rádio que teve a duração de vinte e seis anos (1966-1992) e se intitulou, no início, “*Émission pour les travailleurs portugais*” e, mais tarde, a partir de 1992, “*Descoberta*”.<sup>10</sup> Este foi o primeiro programa radiofónico produzido em

---

<sup>9</sup> Tal como Rocha-Trindade (2006), está-se consciente do sentido estritamente político, eu diria também económico, que o termo “comunidades portuguesas” tem e que lhe é conferido pelos organismos portugueses com a tutela da emigração, do sentido igualmente sociológico e antropológico que detém.

<sup>10</sup> O programa teve três apresentadores: Jorge Reis (1966-1983); Vasco Santos Sales (1983-1989) e Álvaro Morna (1989-1992). Sobre este programa ver (Cunha, 2001).

língua portuguesa em França e foi difundido entre 1966 e 1992 na ORTF (Office de Radiodiffusion-Télévision Française) e a partir de 1975 na RFI (Radio France Internationale), ou seja, no sistema público francês de radiodifusão. Constitui, segundo Cunha, *“un espace médiatique et communautaire majeur dans la construction de la dynamique sociale de cette diaspora, bien que cantonnée dans un horaire, un espace et un statut particuliers”* (2001: 79). O programa foi difundido em diferentes horários ao longo dos anos mas sempre entre as 5 e as 6 horas da manhã, com exceção do último ano de existência e estava ancorado no serviço de emissões para o estrangeiro da ORTF, sendo financiado pelo FAS (Fonds d’Action Sociale pour les travailleurs immigrés et leurs familles), instituição cujo orçamento é constituído quase maioritariamente pelos fundos da CNAM (Caisse Nationale des Allocations Familiales). Fundos esses que provêm indiretamente das prestações pagas pelos próprios imigrantes que, não só indiretamente financiam o programa e outros que são emitidos à época visando diversos públicos migrantes, como, tal como adverte Cunha, *“pris en charge par le service public, ces programmes ne seront jamais pleinement assumés comme un service public à part entière.”* (2001: 80).<sup>11</sup>

Similarmente, o conturbado processo de legalização das rádios piratas e o movimento das rádios livres em França de finais da década de 80, panorama onde existiam um conjunto de mais de três dezenas de rádios portuguesas no ativo<sup>12</sup> e que estará na origem, pela fusão de algumas, na criação da Rádio Alfa em Paris,<sup>13</sup> revela as tensões inerentes aos processos de institucionalização dos média, forçando-os a integrarem a normatividade hegemónica.

Os média étnicos encontram-se assim em constante processo de negociação, mediado por instâncias de controlo. Estas funcionam a três níveis: 1) por um lado com uma faceta puramente institucional, como reguladoras da produção impondo regras, quotas e constrangimentos vários; 2) por outro, ao impor regras, contribuem para a reprodução de uma normatividade no que respeita à definição do saber fazer mediático, étnico e não étnico; 3) por fim, impondo restrições de ordem cultural aos conteúdos passíveis de serem transmitidos, estabelecem uma normatividade e um referente moral e ético. Simultaneamente, os média étnicos comparam a sua produção com a dos restantes média e,

---

<sup>11</sup> Por isso também nenhum material foi conservado no arquivo público INA – Institut National de l’Audiovisuel.

<sup>12</sup> O panorama radiofónico português em França, no início da década de 80, é bastante activo, apesar dos problemas financeiros vividos por algumas estações. Esse dinamismo é visível, por exemplo, nas acções levadas a cabo pelo C.E.D.E.P. (Centre d’Étude et de Dynamisation de l’Émigration Portugaise) junto dos animadores das rádios locais portuguesas em França, como por exemplo o encontro promovido por esta entidade em 1984. Também a embaixada de Portugal em Paris procurará, em 1983, proceder ao recenseamento destas instituições. Sobre este assunto consultar a documentação do espólio Vasco Martins (BDIC – Nanterre).

<sup>13</sup> A Rádio Alfa é criada primeiramente como rádio associativa, indo para o ar a primeira vez a 5 de Outubro de 1987, sendo mais tarde adquirida por um privado, o seu actual proprietário.

igualmente, com os produzidos em Portugal. E cada média acaba a ser descrito a partir dos seus afastamentos ou aproximações a estes congéneres que constituem por norma a referência padrão ao “saber fazer” mais profissional ou ao “ter os meios apropriados”.

No Brasil, a questão da língua não se coloca como forma de identificação/caracterização dos média mas sim a nacionalidade dos seus proprietários/diretores e os conteúdos privilegiados. No Rio de Janeiro existem dois jornais considerados de referência sobre a “colónia” portuguesa (*Portugal em Foco* e *A Voz de Portugal*), um número considerável de emissões de radiofónicas e uma emissão televisiva (“Assim é Portugal”).

Portanto, apesar de ancorados em canais de programação particulares e regulados a partir de lógicas específicas, os média étnicos não se constroem de forma isolada e autónoma, mas sim a partir de referências exteriores à sua condição étnica (seja esta condição assumida ou não pelos Estados em que nascem) e dialogando, mesmo que de forma unilateral, com outros conteúdos, outras práticas, outras estéticas e formas de produzir legitimadas e valorizadas como norma. A integração de profissionais oriundos dos média étnicos nos média *mainstream*, seja do país de origem como de acolhimento/residência, dá origem a discursos engrandecedores sobre os que conseguem quebrar a barreira da etnicidade, passando a ser considerados role modelos de integração e sucesso profissional assim como representantes do grupo ou “comunidade” em instâncias de poder verdadeiramente significativas, tal como igualmente acontece com os políticos portugueses ou de descendência portuguesa eleitos para cargos na administração pública dos países onde residem.

## 2 O que é um média português em França, no Canadá e no Brasil?

Dayan (1999) levanta a questão do que designa por “mídia minoritários” ou “mídia particularistas”, chamando a atenção para a necessidade de compreender de que forma estes contribuem não só para a construção, mediação e adoção de uma identidade grupal, como para a sua capacidade de oferecer versões competitivas dessa mesma identidade e de se tornarem micro esferas públicas e não apenas manifestações isoladas de produções minoritárias. Uma das questões principais no que diz respeito à produção mediática, passa pela seleção dos conteúdos, pela sua recolha e decisões relativas à edição e difusão, tendo presente que, tal como adverte Siapera (2010: 110) *“like mainstream media, diasporic media are subject to political-economic pressures, representational logics, and audience usages”*.

Historicamente a rádio e a imprensa são os meios de comunicação social que surgem de forma mais precoce junto dos grupos migrantes, devido em grande medida aos custos e acessibilidade. E se na atualidade competem com outros suportes, como a televisão ou a internet, não deixam de continuar a ocupar um lugar importante no panorama mediático migrante português, embora integrando o atual contexto de *polymedia* (Madianou e Miller, 2012)<sup>14</sup> já que passam frequentemente a existir em suporte multimédia, com, por exemplo, página na internet e edições digitais ou em *stream*. Simultaneamente, e como desde sempre, os seus profissionais navegam entre os vários média disponíveis o que contribui igualmente para a construção de uma imagem de comunidade não só de consumidores mas igualmente de produtores.

No Canadá, por exemplo, em 2009 existiam na província do Ontário<sup>15</sup> cerca de seis rádios com difusão em português: cinco estações consideradas portuguesas e uma estação multicultural que dispõe de programação em língua portuguesa.<sup>16</sup> Em termos de imprensa portuguesa foram contabilizados, para o Canadá, 22 publicações.<sup>17</sup> O Canadá apresenta-se

---

<sup>14</sup> Como refere Postill (2012: 3): *“Like their colleagues in other research traditions, media anthropologists have found it increasingly difficult in recent years to conduct research around a single medium or internet platform (...)”*.

<sup>15</sup> Dados avançados pelo Observatório da Emigração (<http://www.observatorioemigracao.pt>).

<sup>16</sup> Na realidade uma das outras estações também entra na categoria multicultural porque disponibiliza tempo de antena a várias “comunidades”, de acordo com os regulamentos em vigor para este tipo de instituições. Mas como o seu proprietário é de nacionalidade portuguesa e a maior fatia da programação é em língua portuguesa, é reconhecida como uma estação de rádio portuguesa. Esta empresa é aliás patrocinadora de muitos eventos “portugueses”, com destaque para as comemorações do 10 de Junho (Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas) que é comemorado em Toronto de forma bastante expressiva.

<sup>17</sup> Nesta listagem de 22 encontram-se todos os média dirigidos à comunidade de falantes do português e por isso são incluídas as publicações cujos detentores são indivíduos de nacionalidade brasileira, produzidas por equipas da

mesmo como um exemplo relevante pela multiplicidade de meios de comunicação social migrantes existentes e a maior parte dos seus produtores, e também alguns dos seus consumidores, consideram mesmo esta produção excessiva. Em Toronto, chegaram a dar-se fusões, e do panorama de publicações *Milénio*, *Voice*, *Sol Português*, *Família Portuguesa*, *Portuguese Post*, *Stadium*, *Correio Português*, *Construction News*, *9 Ilhas* e revistas *Imagens* e *Senso*, deu-se a fusão no jornal *Post-Milénio* de cinco delas (*Milénio*, *Portuguese Post*, *Stadium*, *Correio Português* e *Construction News*). Em 2009, existiam assim naquela província seis publicações em português: *Post-Milénio*, *Sol Português*, *Voice*, *Família Portuguesa*, *9 Ilhas* e revista *Senso*, visíveis nos principais locais de distribuição, gratuita maioritariamente nos locais de comércio étnico português (pastelarias, cafés, cabeleireiros, mercearias, etc.).<sup>18</sup>

Em França, o número de publicações é no presente substancialmente mais reduzido, o órgão de imprensa de maior divulgação será provavelmente<sup>19</sup> o *Luso-jornal*, seguido de revistas como a *Lusopress* e a *Luso-Mag*. Este panorama apresenta-se contudo como muito diferente daquele que existia em finais dos anos 60, quando a vaga de emigração portuguesa para França se torna mais expressiva. Segundo a contabilização de Marie-Christine Volovitch Tavares (1994) existiram 86 títulos publicados entre 1960 e 1974, sendo que para o mesmo período (1963-1974), Cristina Clímaco (1992) assinala um pouco mais, 108 títulos.<sup>20</sup> Segundo a

---

mesma origem nacional que utilizam o português do Brasil. A diferença linguística entre os dois tipos de média é bastante visível e apesar de alguns profissionais brasileiros integrarem média portuguesas, como acontece num dos canais de televisão, o seu português é obrigatoriamente transformado para, dentro do possível, corresponder ao sotaque e ao vocabulário do português de Portugal.

<sup>18</sup> A maior parte desta imprensa é de carácter generalista, existindo no entanto títulos que têm um carácter mais especializado, nomeadamente tratando questões ligadas ao desporto ou à religião. Para além dos média que existem em suporte material, existem ainda dois espaços exclusivamente online que igualmente veiculam conteúdos de carácter mediático. No terreno foram contactados e entrevistados profissionais ligados a seis dos títulos de imprensa referidos e a três estações de rádio. A mobilidade destes profissionais é no entanto tão forte e as redes de sociabilidade pessoal e profissional tão presentes, que foi possível ter em atenção nas entrevistas um panorama mais vasto do que as actuais filiações de cada um.

<sup>19</sup> Afirmação de ordem impressiva pois não existem estatísticas que forneçam dados exactos sobre os consumos mediáticos.

<sup>20</sup> Em termos de análise académica, do ponto de vista da imprensa, temos conteúdos analisados em 1984 no âmbito de um projecto de investigação dirigido por Michel Oriol intitulado *Les Variations de l'Identité. Étude de l'évolution de l'identité culturelle des enfants d'émigrés portugais, en France et au Portugal*, onde é analisado o suplemento do *Jornal do Fundão* destinado à emigração e intitulado "Dos Emigrantes", por Marie-Claude Munoz, o jornal *O Emigrante. A Voz de Portugal*, por Albano Cordeiro, e o jornal *Presença Portuguesa*, por Michel Poinard. O jornal *O Salto* (1970-1974) é objecto de uma tese de mestrado de Cristina Clímaco (1992), o *Jornal do Emigrante* (1968-1972 – publicado pela Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular – é analisado num artigo de Brigitte Jelen (2004), em comparação com o *Al Assifa* (1972-1973), o jornal do MTA (Mouvement des travailleurs arabes). O jornal *O Imigrado Português* (1969-1981), publicado não oficialmente pelo PCF com o PCP e AOP (Associação dos Originários de Portugal, que publicou, em paralelo, o *Trago de União* e o *Nós Portugal*) é analisado num dos capítulos da tese de Inês Espírito-Santo (2013). Alfredo da Cruz (Université Panthéon-Sorbonne, 1996) tem também uma tese de mestrado sobre o *Presença Portuguesa* e Joana da Silva (Université Panthéon-Sorbonne, 2000) sobre *O Trabalhador* (CGT).

primeira autora (1994: 117-120), no início da segunda metade da década de 60, de 1964 a 1967, existiam já uma dezena de jornais portugueses em França, publicados na sua maioria na região parisiense e dos quais cerca de metade teriam uma política editorial ligada a um partido ou grupo político. Algumas dessas publicações são o *Acção Popular*, *Acção Revolucionária*, *Revolução Portuguesa* e *O Proletariado*, sendo que, a partir de Maio de 1968, estas publicações e as associações e grupos políticos que a produzem se multiplicam, principalmente em Paris, e nesse sentido muitas das publicações produzidas assumem uma posição mais fortemente militante e engagé devido à conjuntura política e social vigente na sociedade francesa. Por outro lado, como refere Espírito-Santo (2013: 321-322), para isso também contribuem alguns acontecimentos em Portugal, como a intensificação da oposição à Guerra Colonial e ao regime ditatorial, associados ao crescimento exponencial da emigração portuguesa para França. Um exemplo é *O Grito*, Órgão da Comissão de Solidariedade dos Presos Políticos Portugueses, jornal clandestino publicado na Universidade de Vincennes (atual Paris 8, Saint Denis).

A maior parte das publicações encontram-se ligadas a grupos de esquerda (Volovitch-Tavares, 1994: 110), emanam de associações de emigrantes ou de sectores profissionais específicos. Algumas publicações encontram-se mesmo ligadas a instituições com laços estreitos com o regime português como é o caso do *Notícias de Portugal* (promovida pelo governo português e fundada em 1969), o *Presença Portuguesa* (Paris, 1965), uma publicação ecuménica francesa que veiculava conteúdos de cariz religioso publicada pelo Serviço Interdiocesano dos Trabalhadores Imigrados, católicos progressistas franceses, dirigida aos imigrantes portugueses e apoiada pela JOC ou *A Voz da Saudade* (missão católica portuguesa, para ripostar contra a publicação da CGT, *O Trabalhador* de 1964), o *Correio Português* (Associação Nacional dos Portugueses em França, Paris, 1966-1973), subvencionado pelas autoridades consulares, ou então o *Portugal Popular*, financiado pelas instituições bancárias portuguesas com presença em França. Algumas publicações estão ligadas a grupos ou associações francesas e têm, por motivos legais ou de apoio simbólico, diretores franceses. Algumas constituem mesmo suplementos de jornais franceses como o “Portugal Libertário”, suplemento do *Front Liberaire* ou o “Combate Operário”, suplemento do *Rouge*. Algumas destas publicações são mesmo bilingues, como é o caso da *Luta/Lutte* (1972-1975), o Boletim do Comité de Apoio aos Desertores Portugueses em França, ou são mesmo exclusivamente em francês, como o *Les Luttés de Classe au Portugal* (1972). Como assinala Volovitch-Tavares (1994), podemos falar de mais de uma centena de títulos publicados entre 1964 e 1974, sendo



que dentro destes dois terços encontram-se ligados à situação política e colonial de Portugal.<sup>21</sup> E sendo verdade que alguns tiveram uma existência efémera, outros duraram vários anos.

As características da imprensa portuguesa em França neste período levantam já algumas das questões que acompanharão as discussões que nestas e sobre estas se fará no futuro. Uma delas prende-se com a sua utilização para fins ideológicos precisos, caso dos jornais produzidos por grupos políticos no exílio mas também pela igreja católica ou pelo estado português. No Brasil, no mesmo período órgãos de imprensa portuguesa eram também patrocinados e custeados pelo regime português. Após o 25 de Abril, com o novo regime a retirar estes apoios, muitas destas publicações fecham ou são compradas, como é o caso do jornal *A Voz de Portugal* no Rio de Janeiro. Nas palavras da sua atual diretora: “O jornal, o *Voz de Portugal* já existia aqui, fundado em 1936 e na época ele subsistia com uma ajuda do governo português, grande parte era ajuda do governo português. Com a queda do governo, o jornal e outras mídias, outros que prevaleceu, acabaram perdendo, com a mudança de governo acabaram perdendo esse subsídio e então os empresários que haviam aqui na colônia portuguesa, empresários portugueses começaram a prestar ajuda aos jornais e programas de rádio e tal”. Podemos assim constatar como a história dos média portugueses produzidos na emigração espelha tanto os contextos de chegada como o contexto de partida.

Nos primeiros tempos, estes média assumem frequentemente um papel social de relevo, dando informações e fornecendo diretivas que visavam a integração no mercado de trabalho, a regularização da situação jurídica, etc. No Canadá, a primeira programação portuguesa da OMNI Television utilizava material da RTP e das instituições portuguesas, tendo começado depois aos poucos a produzir conteúdo local porque à necessidade de dar notícias sobre Portugal começa a associar-se a necessidade de informar os emigrantes, que detinham níveis bastante reduzidos de literacia e um domínio quase nulo do inglês, sobre a sociedade canadiana e os direitos e deveres do exercício da cidadania no Canadá. Em particular os direitos dos trabalhadores, mas também, por exemplo, regras sobre as condutas de género como revelam algumas entrevistas. Os produtores e apresentadores das programações portuguesas tornam-se assim figuras bastante apreciadas e interlocutores designados, pelo estatuto que se lhes atribui, para porta-vozes e mediadores de conflitos e problemas vários, laborais, familiares, jurídicos, etc..

---

<sup>21</sup> Cristina Clímaco (1992) faz uma proposta classificatória exaustiva onde distingue sete tipos de imprensa portuguesa em França: 1) publicação de organizações francesas dirigidas à emigração económica portuguesa; 2) publicações de instituições portuguesas (bancos, governo, igreja) dirigidas à emigração económica portuguesa; 3) jornais editados pela emigração económica (meio associativo); 4) jornais editados pela emigração política dirigidos à emigração económica; 5) publicações editadas pela emigração política destinada a si própria enquanto exilados e aos intelectuais franceses (principalmente brochuras e panfletos); 6) publicações dirigidas exclusivamente aos desertores e refractários; 7) publicações internas de grupos políticos.

Sobre a extensão da audiência nesta época não existem dados concretos mas alguns relatos evidenciam a proximidade e o carácter paroquial do grupo: “a primeira vez que eu abri o microfone e disse: tivemos uma chamada de um senhor em Lisboa que procura um amigo que reside em Toronto e que se chama Joaquim António ...; passados dez minutos estava o Joaquim António a telefonar e eu achei aquilo giríssimo. Quer dizer uma rádio que é de circuito fechado, digamos assim, de repente aparecer ... ou porque ele ouviu, ou alguém ouviu e conhecia-o e telefonou-lhe. O que é certo é que resultou. Era prova que tinha audiência” (AF). Com a sucessão geracional e a integração feita pela aprendizagem da língua e pela aquisição de capitais escolares, ainda que baixos, a programação e os seus agentes foram perdendo este lugar na sua forma tão radicalizada, permanecendo contudo a ideia de “voz da comunidade” e algum protagonismo social e simbólico atribuído aos produtores de média.

Em França, a situação é similar, sendo necessário destacar pela sua afetação institucional, a sua duração e importância e principalmente pela imensa troca epistolar ocorrida, o programa já mencionado “Émission pour les Travailleurs Portugais”. Não existe um acervo documental sonoro das emissões mas a leitura da intensa troca epistolar realizada entre o apresentador e os seus ouvintes permite perceber que muitas das questões levantadas, pelo menos no início, passam precisamente por pedidos de informação sobre legislação laboral, serviços de ação social, etc. O mesmo pode ser encontrado na imprensa portuguesa em França da década de 70, como, a título de exemplo, no jornal *O Alarme!*<sup>22</sup> ou no *Presença Portuguesa*<sup>23</sup> para indicar publicações de afetação ideológica diferenciada mas que respondem a este tipo de preocupações.

Igualmente nos anos 70, em França, para fazer passar uma mensagem política aos imigrantes portugueses ainda bastante deficitários na utilização da linguagem, muitos boletins de estruturas sindicais como a CGT e a CFDT eram produzidos em língua portuguesa, exemplo de *O Trabalhador* (CGT, 1964) e *Liberdade Sindical* (CFDT que a partir de 1969 passará a intitular-se *A Voz do Trabalhador*).<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> O primeiro número é de Agosto de 1972 sendo editado por um grupo de militantes de Grenoble e designando-se como *O Alarme!.. Jornal dos Portugueses da Região de Grenoble* passando, a partir do nº 16 saído em Janeiro de 1974, a nomear-se *O Alarme!.. Jornal Popular Português*. Mais tarde, a partir de 1975, até ao último número, nº 37 saído em Dezembro 1975, é publicado em Paris. O jornal apresenta desde o início afectação ideológica explícita mas não ligação partidária efectiva, apesar de a partir de certa altura ter ligação a militantes da Frente Eleitoral Comunista (Marxista-Leninista), a organização eleitoral da OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa).

<sup>23</sup> O primeiro número data de 1965, em Paris, é uma publicação ecuménica francesa que veiculava conteúdos de cariz religioso publicada pelo Serviço Inter-diocesano dos Trabalhadores Imigrados, católicos progressistas franceses, dirigida aos imigrantes portugueses e apoiada pela JOC.

<sup>24</sup> Exclusivamente em português mais visando igualmente aglomerados operários, como a fábrica Renault em Boulogne-Billancourt era publicados o *Ergue-te e Luta* e, com uma acentuada componente de género, o *Trabalhadora Toma a Palavra e Luta*.

Relativamente às origens, alguns média são bastante antigos, remontando ao momento da chegada dos primeiros grupos migrantes a determinado território, tendo passado posteriormente por diversos proprietários que, frequentemente, aproveitam o nome e o lugar que algumas publicações já ocupam. Alguns destes proprietários já detêm experiência, profissional ou amadora, na área da comunicação social, obtida em Portugal ou nas ex-colónias portuguesas e pensam os média comunitário como plataforma de ascensão no seio da “comunidade” ou de veículo de promoção das suas outras atividades profissionais, maioritariamente de carácter empresarial. Nalguns casos, encontramos descendentes destes proprietários a colaborarem na empresa familiar, tornam-se herdeiros e gestores deste património, como se pode observar em Paris, na Rádio Alfa, em Toronto, na CIRV Radio e no *Sol Português* e *Voice* e, no Rio de Janeiro, nos jornais *Voz de Portugal* e *Portugal em Foco*. A ideia de transmissão geracional vai ao encontro de uma das questões mais frequentemente debatida no seio das estruturas políticas, económicas e associativas migrantes que é a da reprodução e mudança/renovação geracional, pois considera-se frequentemente que tal como as associações também os média portugueses se encontram em perigo de dissolução pela diminuição dos falantes da língua, questão que se retomará no seguinte ponto.

### 3 A língua como ferramenta de trabalho e recurso identitário e a cultura expressiva como performance da Nação

Nos contextos até agora enunciados, os técnicos que asseguram a produção dos média têm proveniências profissionais diversas, não sendo a experiência na área fundamental. Alguns profissionais são contratados em Portugal, a partir de redes sociais ou profissionais pré-existentes, outros são envolvidos pela estreita associação ao grupo migrante através da participação na vida associativa, por ocuparem um lugar na designada comunidade de negócios ou, como atrás referido, por serem descendentes dos proprietários dessas empresas de comunicação.

Em França e no Canadá o domínio do português constituiu desde sempre um dos requisitos mais valorizados para a integração nos média, a par de uma considerada “legítima” e “autêntica” ligação a Portugal e/ou à “portugalidade”, e nesse sentido as aptidões linguísticas sobrepõem-se frequentemente à experiência profissional. No Canadá (CIRV Radio, FPTV e OMNI), como em França (Lusojornal, Lusopress), podemos encontrar jovens profissionais que integraram os média étnicos portugueses no âmbito de percursos migratórios recentes. Alguns destes jovens vêm de percursos profissionais em órgãos de comunicação social regionais, em Portugal, outros são detentores de qualificações académicas mas não detêm experiência profissional na área da comunicação. Une-os o domínio da língua, a faixa etária e as habilitações. São igualmente jovens com percursos, estilos de vida e práticas de consumo próximos dos da classe média portuguesa urbana contemporânea e a sua relação com os colegas, migrantes de outra geração, nem sempre está isenta de tensões e conflitos: a forma de fazer, a linguagem, as opções musicais são frequentemente alvo de discórdia.

Na televisão, a questão da língua impõe-se, tal como nos outros suportes, como recordam dois entrevistados: “ao início eu entrei como tradutor pelas vantagens que trazia em relação à língua, como tradutor para o departamento de português. Passados poucos dias houve um casting para apresentador de um programa de entretenimento que esteve no ar durante treze anos e eu iria substituir a apresentadora (...) portanto eu comecei então como tradutor, passei depois para apresentador, repórter e coprodutor de um programa de entretenimento” (LM); “estava como *babysitter* e um dia recebi um telefonema. Uma pessoa que trabalhava aqui, isto ainda se chamava CFMT, Canadian First Multicultural Television, era o célebre Channel 47, Canal 47, e a perguntar: “Ai, eu soube através de um amigo que a senhora estava cá e tal, tem um bom português. Não queria fazer televisão?”. Disse: “Ai, mas eu não sei, nunca fiz”. “Ah mas venha cá fazer um teste”. (...) Isto estamos a falar em 86, Janeiro de 86.” (CA).

A televisão não foi contudo tendo existência igual em termos de espaço mediático em todos os três espaços geográficos aqui apresentados. No Canadá ela ocupa o lugar de maior relevo pois só na província do Ontário existem três diferentes tipos de televisão em português. A primeira e mais antiga destas programações encontra-se ancorada num canal multicultural canadiano, OMNI Television; a segunda, é o programa televisivo “Gente da Nossa” que é criado em 1987 e produzido por uma equipa portuguesa e que já esteve associado a mais do que um canal de cabo; por fim, mais recentemente, em 2001, surgiu um canal que transmite programação totalmente em língua portuguesa, a FPTV, em parceria com um canal televisivo português (SIC Internacional) e que produz localmente quinze por cento da sua programação. A FPTV nasce no entanto de um projeto anterior em que o atual proprietário era produtor de um programa televisivo intitulado “Festival Português”, que teve a duração de onze anos e cujo nome ainda hoje é visível na sigla da atual estação.

O papel ocupado pela televisão no Brasil e em França é bastante diferente do do Canadá. A existência de canais televisivos portugueses é inexistente se não mesmo nula. No Brasil existe um programa televisivo intitulado “Assim é Portugal” difundido nos canais de cabo, em França, a televisão produzida no âmbito do grupo migrante nunca teve igualmente grande expressão e emissões ou canais de televisão são manifestações mais recentes. Existe na atualidade uma emissão televisiva em formato digital, intitulada “LusoPress TV” (<http://www.lusopress.tv>), que funciona em paralelo com uma revista em edição impressa e digital; e encontra-se em processo de lançamento um canal lusófono, intitulado Oit8.TV (“o canal da comunidade de língua portuguesa” – <http://www.oito.tv>) que visa chegar igualmente ao público lusófono em França e na Europa, isto depois de em 2006 se ter lançado um canal de televisão em português e para o público lusófono a residir em França, a CLP TV, mas cujo projeto não atingiu os 2 anos de duração.

Neste âmbito é relevante assinalar igualmente a questão da língua, no Canadá, por exemplo, o facto de dois dos repórteres da equipa portuguesa de informação da OMNI serem oriundos do Brasil, tal como uma das produtoras do “Diversity”, colocava-lhes questões relativas ao vocabulário – “a minha preocupação inicial foi tentar não usar palavras que os açorianos ou os portugueses não entendessem. Mas depois eu comecei a perceber que os portugueses estão tão acostumados com as telenovelas, então realmente essa preocupação passou” (ML).

A população oriunda dos designados “países de língua oficial portuguesa” é também considerada como pertencente à potencial comunidade de espectadores. Tal como noutros média (FPTV, CHIN Radio e OMNI TV no Canadá e Lusojornal em França) a audiência é frequentemente pensada em termos dos falantes de português, assumindo-se por vezes espaços próprios para a designada lusofonia, onde estes indivíduos são agrupados a partir da referência linguística sem outras distinções culturais. Esta preocupação tem contornos

abertamente económicos pois o peso financeiro que a denominada “comunidade de negócios” tem, nomeadamente no apoio dado através da aquisição de espaço de publicidade, patrocínio de eventos, etc., define o espaço de antena/difusão que cada grupo étnico consegue obter. Na “CHIN Radio” (Canadá), por exemplo, existiu um programa direcionado para a “comunidade brasileira” em Toronto que não sobreviveu por falta de financiamento. Defende-se por isso a necessidade de juntar as “comunidades lusófonas”, com mais fragilidades em termos de tecido empresarial, à programação da “comunidade portuguesa” como estratégia de viabilidade económica.

Os conteúdos produzidos localmente por estes média são também entendidos como serviço público prestado à comunidade migrante, indo esta questão ao encontro dos discursos que culpabilizam os órgãos de comunicação social portugueses de Portugal, principalmente públicos mas também privados, por não produzirem conteúdos adequados ao público migrante. Crítica que incide tanto sobre os conteúdos que são difundidos para a dita “diáspora” (o exemplo mais emblemático é o da RTP Internacional) como quando a esta se referem nos conteúdos difundidos internamente em Portugal. Esta relação tensa pode ser exacerbada em determinados momentos, como no movimento de repúdio à entrada da RTP Internacional no Canadá, dirigido pela concorrência local, argumentando que a expansão dos canais de cabo portugueses constituíam concorrência desleal (previa-se que viessem a absorver uma parte da audiência) pois estes apenas replicariam a produção nacional generalista, não contribuindo de forma positiva para a vida do grupo migrante.

Por outro lado, e de forma paralela, as relações que se estabelecem com os órgãos de comunicação social de Portugal são entendidas como uma valorização profissional, construída tendo por referência a formação ou prática profissional adquirida junto destes. O sentido frequentemente pejorativo atribuído ao média “étnico”, onde a marca da etnicidade remete para o culturalmente minoritário e por isso considerado “comunitário”, “paroquial” e “amador”, por oposição às grandes instituições culturais e mediáticas que ocupam o espaço *mainstream*, é contrariado pela referência, tanto à detenção de carteira profissional em Portugal, como ao ter estudado comunicação social e/ou ter tido uma reconhecida experiência profissional na área da comunicação social também nesse país. Sendo esta última experiência particularmente enaltecida quando ainda se mantêm relações profissionais com estes média, quer como correspondente quer como colaborador ocasional, pois estas permitem a manutenção de laços sociais que possibilitam, por exemplo, aceder a determinadas figuras mediáticas portuguesas – que podem vir a ser convidados ou dar entrevistas aos média locais – e finalmente pelo reconhecimento institucional ao ser convidado a integrar comitativas oficiais portuguesas em deslocações ao estrangeiro.

Finalmente, a posição defensiva que muitos destes profissionais ostentam como reação às críticas recebidas ao tipo de conteúdos que produzem é contraposta, ou pela significativa

adesão que o público demonstra ao seu trabalho ou pela referência às necessidades particulares que o jornalismo praticado em contexto migratório apresenta. Nesse sentido, a definição do seu papel e de como desempenhá-lo é motivo de amplas controvérsias, criando-se hierarquias de “bem-fazer” onde as características mais frequentemente valorizadas são: a estética contemporânea, a existência de conteúdos bilingues, a relação com Portugal, um domínio considerado sofisticado da língua e dos símbolos contemporâneos da cultura portuguesa, a renovação geracional e a autonomia e independência dos conteúdos.

Por último, é importante referir que muitos destes órgãos de comunicação social organizam como extensão da sua produção de conteúdos, atividades como festas, encontros, concertos, viagens e diversos outros tipos de atividades lúdicas que associam a praxis ou performance do nacional, ou seja, da cultura dita portuguesa a exercícios fora do estúdio de exaltação da sua componente expressiva. A decoração das salas, dos palcos, dos recintos, os trajes e atitudes dos apresentadores e animadores destes eventos incorporam igualmente este cenário. Por outro lado, para além da cobertura mediática das festas, eventos e outros acontecimentos considerados de relevo, estes média são frequentemente mecenas de eventos que tanto celebram datas festivas do calendário português, como o 10 de Junho – “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas” – como outras onde anual e sazonalmente se promovem eventos lúdicos de grandes dimensões.

Em todos estes eventos podemos observar como os média podem constituir-se como promotores ou patrocinadores de acontecimentos, onde se constituem como instâncias de promoção e validação de uma cultura expressiva “portuguesa”, frequentemente associada a ideais de tradicionalismo e autenticidade. Uma utilização da cultura como recurso simbólico que vai ao encontro do descrito por Bendix (2005: 200) que chama a atenção para os papéis culturais que os sujeitos, que ela define como “*entrepreneurs*”, assumem no seio de uma “*economics of folk culture*” (Bendix, 2005: 202), onde é visível a mercadorização da cultura popular através de uma estratégia de “comercialização da nostalgia” promovida por um constante apelo a práticas de consumo étnico.

## Conclusão: os média como facto social total

Em suma, os média surgem precocemente junto das comunidades étnicas, tornando-se rapidamente definidores e símbolos das mesmas. A seleção dos conteúdos veiculados por estes média não constitui contudo uma prática autónoma e encontra-se em estreita interdependência com a sociedade em que se integram e com as suas instituições reguladoras, assim como com as políticas para a migração, tanto no país onde produzem como no país de origem. Simultaneamente, o consumo de outros média, por parte dos produtores, estabelece igualmente instâncias de comparação e diálogo.

Nesse sentido, os média étnicos não podem ser analisados de forma isolada, ou seja, fora do enquadramento social, cultural, económico e político em que surgem e no qual se desenvolvem, ligado tanto ao contexto de produção como ao país de origem. Os produtores mediáticos, ao integrarem sistemas culturais, onde simultaneamente interferem estruturas de poder mais alargadas, tornam-se agentes de uma atividade estratégica e situada (Peterson, 2003: 164) embebida em lógicas nem sempre internas ou locais.

Em termos nacionais, a relevância que alguns destes órgãos de comunicação social podem ter em Portugal advém também da função que podem cumprir na ligação ao que o Estado português designa por “comunidades” ou “diáspora”. Como referem Melo e Caetano da Silva: “o discurso oficial, além de criar e difundir a ideia de que a emigração formaria um conjunto de comunidades (...) confere a estas comunidades o estatuto de representações dos interesses de Portugal no mundo.” (2009: 40). E qual o papel a atribuir aos média produzidos dentro dessas “comunidades”? Onde estes se assumem como instituições agregadoras da identidade nacional e da experiência migrante, dando visibilidade aos “membros relevantes” e às figuras e histórias consagradas, mas procurando igualmente, por vezes, destacar a singularidade, revelando os portugueses que vivem distanciados da “comunidade”, os invisíveis pela integração que são idênticamente apresentados como modelo de sucesso.

Brazier e Mannur advertem como no âmbito dos estudos da diáspora, “*will need to move beyond theorizing how diasporic identities are constructed and consolidated and must ask, how are these diasporic identities practiced, lived, and experienced?*” (Brazier and Mannur, 2010: 9). Os média produzidos pela diáspora são instituições sociais onde podemos ler amplamente como estas identidades se constroem e consolidam mas igualmente como vivem e se expressam. Assim, a análise desta produção mediática deve ser entendida como indispensável para a compreensão global dos processos migratórios portugueses.



## Referências bibliográficas

- Almeida, C.; Barreto, A. (1970, 1976) *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa: Prelo.
- Almeida, S. V. (2007) “Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva”, *Arquivos da Memória*, 2 (nova série), CEEP, 47-65.
- Almeida, S. V. (2009) *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, Lisboa, IELT-Colibri.
- Antunes da Cunha, M. (2009) “A (re)apresentação de si nos blogues dos luso-descendentes de França”, Trabalho apresentado em VIII Congresso da Lusocom, In *Actas do 8º LUSOCOM, “Comunicação, espaço global e lusofonia”*, Lisboa.
- Antunes da Cunha, M. (2003) “Quand le public prend la parole: l’émission des Portugais (1966-1992)”, *Médiamorphoses*, 7, 98-103.
- Antunes da Cunha, M. (2002) “Media and Portuguese in France”, Trabalho apresentado em *Minority media in Europe: a revolution from below, In Diasporic minorities and their media in Europe. European media technology and everyday life network*, Londres.
- Antunes da Cunha, M. (2001) “Les Portugais de France. Généalogie d’un public radiophonique”, *Réseaux*, 107, 77-115.
- Amor-Mathieu, L. (2000) *Les Télévisions Hispaniques aux États-Unis: l’invention d’une communauté*, CNRS Editions.
- Arroteia, J. C. (1983) *A Emigração Portuguesa, suas origens e distribuição*, Lisboa: Biblioteca Breve.
- Askew, K; Wilk, R. (eds) (2002) *The Anthropology of Media: a reader*. Massachusetts/Oxford: Blackwell.
- Baganha, M. I.; Pereira, M. H.; Silva, M. B. N.; Maranhão, M. J. (orgs.) (1993) *Emigração-Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.
- Baganha, M. I. (2001) “Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu future”, em José Jobson Arruda e Luís Adão da Fonseca (org.), *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio*, Portugal: EDUSC, 445-460.
- Baganha, M. I. (2003) “Portuguese Emigration After World War II”, em António Costa Pinto (org.), *Contemporary Portugal, Politics, Society and Culture*,. New York: Social Science Monographs, Boulder, 139-158.
- Bendix, R. (2005) “Final Reflections: ‘The Politics of Folk Culture’ in the 21st Century”, *Etnográfica*, vol 9 (1), 195-203.

- Bourdieu, P. (1980) "L'identité et la représentation. Éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35, 63-72.
- Brazier, J; Mannur, A. (eds) (2010) *Theorizing Diaspora: a reader*, Malden: Willey/Blackwell.
- Brettell, C. (1981) "Is the ethnic community inevitable? A comparison of the settlement patterns of Portuguese immigrants in Toronto and Paris", *Journal of Ethnic Studies* (9), 1-17.
- Caetano da Silva, E. (2003) *Visões da diáspora portuguesa. Dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre portugueses e luso-descendentes de São Paulo*, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- Caetano da Silva, E.; dos Santos, I. S. (2009) "A mesma juventude noutra latitude: luso-descendentes do Brasil e da França frente ao projecto nacional das comunidades portuguesas", em Daniel Melo e Eduardo Caetano da Silva, *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*, Lisboa: ICS, 125-178.
- Cádima, F. R. (2010) "Televisões Globais, história única", *JANUS Net e-journal of International Relations*, vol 1, nº 1, 28-29.
- Clímaco, C. (1992) *La presse de l'émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto – 1970-1974*, mémoire de DEA, Universidade Paris VII.
- Coman, M. (2003) *Pour une anthropologie des médias*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Cordeiro, A. (1985), "Les Portugais: la grande communauté invisible", *Travail* (7).
- Cordeiro, A.; Hily, M. A. (1999) *Les portugais entre discrétion et reconnaissance*, Sigila (3), 33-46.
- Cruz, A. (1996) *Présence portugaise. L'immigration portugaise vue à travers un journal de l'Église catholique de France*, mémoire de maîtrise, Universidade Panthéon-Sorbonne, Paris.
- Dayan, D. (1999) "Media and diásporas" em J. Gripsrud (ed.), *Television and common knowledge*, London/New York, UK/NY: Routledge, 18-33.
- Espírito-Santo, I. (2013) *Du clandestin au citoyen européen Quand les immigrés portugais font figure de travailleurs (France, 1962-2012)*, tese para a obtenção do grau de doutor em Sociologia, EHESS/Paris.
- Feldman-Bianco, B. (1993) "Múltiplas Camadas de Tempo e Espaço: A construção de classe, etnicidade e nacionalismo entre imigrantes portugueses", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, v. 38: 193-224.
- Feldman-Bianco, B. (2001) "Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: Cultural Constructions of Sameness and Difference" in Feldman-Bianco (org) *Identities: Global Studies in Culture and Power*, vol. 4, nº 8: 607-650.
- Ferreira, S. (2008) "Antropologia dos Media. Perspectivas e leituras", *Comunicação Pública*, vol. 3, nº 5, Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa, 7-28.

- Ferreira, S. (2010) *A Fábrica e a Rua. Resistência Operária em Almada*, Castro Verde, 100 Luz.
- Ferreira, S.; Travancas, I. (2014) “Antropologia da mídia: um campo em construção no Brasil e em Portugal”, *Famecos, mídia, cultura e tecnologia*, v. 21, nº 2, 622-646.
- Ginsburg, F; Abu-Lughod, L; Larkin, B. (eds) (2002) *Media Worlds*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Green, N. (1991) “L’immigration en France et aux États-Unis. Historiographie compare”, *Vingtième Siècle*, 29, nº 29, 67-82.
- Hall, S. (1990) “Cultural Identity and Diaspora”, em J. Rutherford, *Identity: Community, Culture, Difference*, London: Lawrence & Wishart, 222-237.
- Jelen, B. (2004) “La presse portugaise et maghrébine des années soixante-dix, entre communauté et société”, *Hommes et Migrations*, 1250, 101-111.
- King, R., & Wood, N. (eds.) (2001) *Media and migration. Constructions of mobility and difference*. London/New York: Routledge.
- Madianou, M., Miller D. (2001) *Migration and New Media: Transnational Families and Polymedia*. London/New York: Routledge.
- Melo, D.; Caetano da Silva, E. (2009) “Associativismo, emigração e nação: o caso português” em Daniel Melo e Eduardo Caetano da Silva, *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*, Lisboa: ICS, 31-69.
- Monteiro, T. (2008) Cartografias do imaginário navegante: reflexões sobre a identidade narrativa diaspórica, o “senso comum mítico” e o (des)conhecimento da cultura portuguesa contemporânea no Brasil. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, Coimbra, 21-35.
- Naficy, H. (1993) *The making of exile cultures: Iranian television in Los Angeles*. Minnesota, MN: University of Minnesota Press.
- Noiriel, G. (1988) *Le creuset français. Histoire de l’immigration XIXe-XXe siècles*, Paris: Seuil.
- Noivo, E. (1999) *Inside Ethnic Families: three generations of Portuguese-Canadians*, Montreal/Kingston: McGill-Queen’s University Press.
- Palminha da Silva, J. (1987) *Comunidades Portuguesas e sua imprensa*, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Lisboa.
- Pereira, P. (2013) *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*, Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Peterson, M. (2003) *Anthropology & Mass Communication. Myth Making in the New Millennium*, New York/Oxford: Berghahn Books.
- Portugal Branco, J. (2009) “Portugueses em França (1980-2000). Uma comunidade Integrada” em Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Lisboa: CEMRI/Afrontamento, 85-129.

- Postill, J. (2008) *Media and nation building. How the iban became malaysian*. New York/Oxford, NY/UK: Berghahn Books.
- Postill, J. (2012) "Media and social changing since 1979: towards a diachronic ethnography of media and actual social changes", paper to the *EASA Media Anthropology Network*, 27 November-11 December 2012. Livre acesso: <http://johnpostill.com/2012/07/14/new-paper-media-and-social-changing-since-1979/>
- Powdermaker, H. (1950) *Hollywood, the Dream Factory*. Boston: Grosset and Dunlap.
- Powdermaker, H. (1962) *Coppertown: Changing Africa*. New York: Harper and Row.
- Karim, K. (2001) "Global Media Policy and Cultural Pluralism" in Robin Mansell and Marc Raboy (eds), *The Handbook of Global Media and Communication Policy*, Malden: Wiley/Blackwell.
- Reifová, I. (2015) "Theoretical framework for the study of memory in old and new media age" in Leif Kramp, Nico Carpentier, Andreas Hepp, Ilija Tomanić Trivundža, Hannu Nieminen, Risto Kunelius, Tobias Olsson, Ebba Sundin and Richard Kilborn (eds) *Journalism, Representation and the Public Sphere*, Bremen: Édition Lumière, 183-193
- Riggins, S. (ed) (1992) *Ethnic Minority Media. An International Perspective*. Newbury Park/London/New Delhi: Sage.
- Rocha-Trindade, M. B. (1973) *Immigrés portugais: observation psycho-sociologique d'un groupe de portugais de la banlieue parisienne (Orsay)*, Lisboa: ISCSP, viii-162.
- Rocha-Trindade, M. B. (1976) "Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França", *Análise Social*, XII(48), 983-997.
- Rocha-Trindade, M. B. (1999) "Réseaux de transnationalité : le cas portugais", *Ethnologie Française*, XXIX, 2, 255-262.
- Rocha-Trindade, M. B. (2003) "Portuguese Diaspora: a post-colonial concept", *Migration*, n<sup>o</sup> 42, 107-122.
- Rocha-Trindade, M. B. (2006) "Afirmações identitárias em quadro migratório" em Joana Miranda e Maria Isabel João (orgs) *Identities Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, 5-18.
- Rothenbuhler, E.; Coman, M. (2005) (eds) *Media Anthropology*. Thousand Oaks/ London/ New Delhi: Sage.
- Schnapper, D. (1989) "Un pays d'immigration qui s'ignore", *Le Genre Humain*, Février, 99-109.
- Siapera, E. (2010) *Cultural Diversity and Global Media. The Mediation of Difference*, Wiley-Blackwell.
- Silva, J. (2000) *La CGT et les travailleurs portugais immigrés en France, à travers l'étude du journal O Trabalhador, mensuel de la CGT pour les travailleurs portugais, (1972-1979)*, mémoire de maîtrise, Universidade Panthéon-Sorbonne, Paris.

- Silvano, F.; Rosales, M.; Ferreira, S. (2013) “Gente da Nossa: uma construção mediática da ideia de “comunidade portuguesa””, *Portuguese Studies Review*, vol 20, nº 2, 143-169.
- Sousa, H. (2000) “Os Media ao Serviço do Imaginário: uma reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia”, *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste*, série de comunicação, vol 14 (1-2), <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1621>
- Spitulnik, D. (1993) “Anthropology and Mass Media”. *Annual Review of Anthropology*, 22, 293-315.
- Teixeira, C.; Da Rosa, V. (2009). *The Portuguese in Canada. Diasporic Challenges and Adjustment*, Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press.
- Telo da Côrte, A. (2013) “A Imigração Portuguesa Através da Política de Imigração Brasileira: algumas considerações”, Ismênia de Lima Martins e Alexandre Hecker (orgs), *E/Imigrações, questões, inquietações*, São Paulo: Ed. Expressão e Arte, 39-52.
- Volovitch Tavares, M. C. (1994) “Les Portugais dans la région parisienne depuis la fin de la Deuxième Guerre Mondiale jusqu’en 1974”, em Antoine Marès e Pierre Milza, *Le Paris des étrangers depuis 1945*, Paris: Publications de la Sorbonne, 95-120.



## Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração integra o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

---

<b>Série</b>	OEm Working Papers, 2
<b>Título</b>	A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social: breve caracterização
<b>Autores</b>	Sónia Ferreira
<b>Editor</b>	Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL
<b>Data</b>	junho de 2016
<b>ISSN</b>	2183-5438
<b>DOI</b>	10.15847/CIESOEMWP022016
<b>URI</b>	<a href="http://hdl.handle.net/10071/11421">http://hdl.handle.net/10071/11421</a>

---

**Como citar** Ferreira, Sónia (2016), "A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social: breve caracterização", *OEm Working Papers*, 2, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.  
DOI: 10.15847/CIESOEMWP022016

---

[www.observatorioemigracao.pt](http://www.observatorioemigracao.pt)